DE ACORDO COM O EDITAL PROGEP/UFMS Nº 152, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026

apostilas opção

UFMS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANALISTA EM EDUCAÇÃO - PROCESSOS EDUCACIONAIS (PEDAGOGIA)



- Língua Portuguesa
- Legislação
- Raciocínio Lógico
- Língua Inglesa
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

UFMS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANALISTA EM EDUCAÇÃO - PROCESSOS EDUCACIONAIS (PEDAGOGIA)

EDITAL PROGEP/UFMS Nº 152, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026

CÓD: OP-006NV-26
7901204405611

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos 9
2. Gêneros e tipos textuais 10
3. Funções da linguagem 10
4. Coesão e coerência textual 14
5. Significação de palavras e expressões: sinonímia, antonímia, polissemia, paronímia, homonímia e formas variantes; Sentido próprio e figurado das palavras 14
6. Ortografia oficial, incluindo emprego das letras, do hífen e de letras maiúsculas e minúsculas, conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 15
7. Acentuação gráfica 20
8. Classes de palavras: identificação, classificação, flexão e emprego 22
9. Estrutura e formação de palavras 29
10. Sintaxe da oração e do período: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; Período composto por coordenação e subordinação; Orações reduzidas 30
11. Concordância verbal e nominal 35
12. Regência verbal e nominal 37
13. Emprego do sinal indicativo de crase 38
14. Emprego dos tempos e modos verbais 39
15. Colocação pronominal 41
16. Pontuação 43

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Administração Pública (arts. 37 a 41) 55
2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações) 61
3. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações) 87
4. Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, e suas alterações) 93
5. Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 93-Coun/UFMS, de 28 de maio de 2021) 113
6. Regimento Geral da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 137- Coun/UFMS, de 29 de outubro de 2021) 120
7. Código de Ética Profissional dos Servidores da UFMS (Resolução nº 426-Coun/UFMS, de 1º de abril de 2026 130

Raciocínio Lógico

1. Lógica proposicional: proposições, valores lógicos, sentenças abertas, conectivos lógicos, tabelas-verdade, tautologia, contradição e contingência; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas 141
2. Argumentação lógica: validade de argumentos, inferências e conclusões; resolução de problemas lógico-matemáticos e compreensão de processos dedutivos que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduzem validamente a conclusões determinada 144
3. Diagramas lógicos e operações com conjuntos 148

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. Raciocínio sequencial: sequências numéricas, alfabéticas e figurais; orientação espacial e temporal; resolução de problemas envolvendo relações entre pessoas, objetos, lugares e situações hipotéticas. Princípio fundamental da contagem 150
5. Análise combinatória: arranjos, permutações e combinações 151
6. Probabilidade 156
7. Razões, proporções 158
8. Porcentagem 159

Língua Inglesa

1. Compreensão e interpretação de texto (sentido global do texto, localização de determinada ideia, palavras cognatas) .. 165
2. Conhecimento de vocabulário fundamental e de aspectos gramaticais em nível funcional, ou seja, como acessório à compreensão do texto 167

Conhecimentos Específicos
Analista em Educação - Processos Educacionais (Pedagogia)

1. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM: teorias da aprendizagem e suas aplicações ao planejamento educacional; contribuições de Piaget, Vygotsky e Ausubel 179
2. Aprendizagem de jovens e adultos; autonomia, motivação, colaboração, metacognição e autorregulação 185
3. Relações entre educação, comunicação e tecnologias digitais 189
4. Planejamento Pedagógico e Currículo: concepções de currículo; planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos pedagógicos de cursos; perfil do egresso, competências e objetivos de aprendizagem; organização de matrizes curriculares, componentes, unidades e sequências didáticas; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão; alinhamento entre objetivos, conteúdos, atividades, recursos e avaliação 192
5. Design Instrucional e Educacional: conceitos, fundamentos e campos de aplicação; análise de necessidades educacionais, público e contexto; modelo ADDIE: análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação; design instrucional fixo, aberto e contextualizado; taxonomia de Bloom revisada; elaboração de objetivos de aprendizagem; matrizes de design instrucional; organização de percursos formativos; prototipação, validação e revisão de soluções educacionais .. 196
6. Educação a Distância e Metodologias de Ensino: fundamentos e características da EaD e da educação on-line; distinção entre ensino híbrido como abordagem pedagógica e formatos regulatórios de oferta; atividades presenciais, síncronas e assíncronas; aprendizagem baseada em problemas e projetos, sala de aula invertida e aprendizagem colaborativa; seleção de metodologias conforme objetivos, público e condições de oferta; interação, participação e construção do conhecimento em ambientes digitais 200
7. Ambientes Virtuais de Aprendizagem: planejamento e estruturação pedagógica de cursos em ambientes virtuais; organização de conteúdos, atividades, recursos e comunicação; orientações de navegação e estudo; fóruns, tarefas, questionários e atividades colaborativas; acompanhamento da participação e da aprendizagem; critérios pedagógicos de seleção e utilização de ferramentas; usabilidade, acessibilidade e experiência do estudante 204
8. Materiais Didáticos e Recursos Educacionais: planejamento, elaboração, adaptação e avaliação de materiais impressos e digitais; linguagem e organização didática para EaD; roteirização de videoaulas, podcasts, apresentações, infográficos e objetos de aprendizagem; princípios de aprendizagem multimídia; articulação entre texto, imagem, áudio e vídeo; curadoria de conteúdos; revisão pedagógica, validação e atualização; recursos educacionais abertos e licenças Creative Commons 208

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ÍNDICE

9. Avaliação da Aprendizagem e da Qualidade Educacional: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; elaboração de questões, atividades e rubricas; avaliação de competências e produções individuais e coletivas; autoavaliação e avaliação por pares; feedback e recuperação da aprendizagem; integridade acadêmica e prevenção do plágio; avaliação de cursos, materiais, ambientes e estratégias didáticas; utilização dos resultados para melhoria das ofertas 212
10. Inclusão e Acessibilidade: identificação e eliminação de barreiras pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais; adaptações razoáveis; Desenho Universal para a Aprendizagem; múltiplos meios de engajamento, representação, ação e expressão; acessibilidade de documentos e recursos multimídia; descrição de imagens, legendagem, transcrição e audiodescrição; tecnologias assistivas; planejamento de atividades e avaliações inclusivas 216
11. Mediação Pedagógica e Formação Docente: interação e presença pedagógica na EaD; atuação articulada entre docentes, mediadores pedagógicos, tutores e equipes multidisciplinares; orientação e acompanhamento dos estudantes; estratégias de engajamento e prevenção da evasão; assessoramento e formação de docentes para planejamento, produção de materiais, avaliação e utilização de tecnologias; comunicação e trabalho colaborativo 220
12. Gestão e Acompanhamento de Projetos Educacionais: definição de escopo, etapas, responsabilidades, recursos, prazos e entregas; fluxos de produção e revisão; acompanhamento de equipes multidisciplinares; gestão de riscos e controle de qualidade; indicadores de acesso, participação, aprendizagem, retenção, evasão e conclusão; análise de registros dos ambientes virtuais; elaboração de relatórios e proposição de melhorias; ética e proteção de dados na análise educacional. 224
13. Legislação Educacional, Direitos Autorais e Proteção de Dados: Lei nº 9.394/1996, nos dispositivos relativos à educação superior e à educação a distância 228
14. Decreto nº 12.456/2025 231
15. Portaria MEC nº 378/2025, quanto aos formatos de oferta dos cursos de graduação 237
16. Portaria MEC nº 506/2025, com as alterações da Portaria MEC nº 794/2025, quanto aos profissionais envolvidos, às atividades presenciais, à avaliação da aprendizagem, aos materiais didáticos e às plataformas digitais 238
17. Lei nº 13.146/2015, nos dispositivos relativos à educação e à acessibilidade 242
18. Lei nº 9.610/1998, quanto à utilização, reprodução e adaptação de obras e materiais didáticos 246
19. Lei nº 13.709/2018, quanto ao tratamento e à proteção de dados pessoais em ambientes educacionais 259

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

▸ Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

▸ Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

▸ Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Para compreender como ocorre o processo comunicativo, é fundamental conhecer os elementos que o constituem. Cada um deles tem um papel específico, e a interação entre eles possibilita a transmissão e a recepção da mensagem. Os elementos da comunicação são seis, conforme proposto por Roman Jakobson, um dos mais influentes linguistas do século XX. A seguir, detalhamos cada um deles:

Emissor

O emissor é a pessoa ou entidade que envia a mensagem. É o ponto de partida da comunicação, aquele que codifica a informação com o intuito de transmiti-la ao receptor. O emissor pode ser tanto um indivíduo quanto um grupo, uma organização ou qualquer outro ente que tenha a intenção de comunicar algo.

***Ex.**:Em uma palestra, o palestrante é o emissor da mensagem que será transmitida ao público.*

Receptor

O receptor é o destinatário da mensagem, aquele que a recebe e a interpreta. A compreensão do conteúdo depende da capacidade do receptor de decodificar o que foi transmitido pelo emissor. Assim como o emissor, o receptor pode ser uma pessoa, um grupo ou uma entidade.

***Ex.**:Na mesma palestra, a plateia assume o papel de receptor da mensagem apresentada pelo palestrante.*

Mensagem

A mensagem é o conteúdo que se quer transmitir. Ela é o objeto central do processo de comunicação e pode ser constituída de palavras, gestos, imagens, sons ou qualquer outro recurso capaz de transmitir uma ideia, sentimento ou informação.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 37 A 41)

Da Administração Pública

- **Disposições gerais e servidores públicos**

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

- **Princípios da Administração Pública**

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → **Princípio da Estrita Legalidade**
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

- **Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa**
  - Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
  - Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
  - Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
  - Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	**Indireta**
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;(Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)(Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsidio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, VALORES LÓGICOS, SENTENÇAS ABERTAS, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA; NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES; EQUIVALÊNCIAS E IMPLICAÇÕES LÓGICAS

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica: [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumentos inválidos, falaciosos ou sofisma.

- **Proposições simples e compostas**

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

I – De duas premissas negativas, nada se conclui;

II – De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;

III – A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;

IV – De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

I – Tem sujeito e predicado;

II – É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);

III – Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

I – Princípio da não contradição: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- **As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrados acima. São eles:**

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	¬
Disjunção não exclusiva	ou	∨
Conjunção	e	^
Condicional	Se... então	→
Bicondicional	Se e somente se	↔

- **Tabelas verdade**

1 – Negação

A partir de uma proposição *p* qualquer, pode-se construir outra, a negação de *p*, cujo símbolo é ¬*p*.

Exemplos:

A água é uma substância não polar.

A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para *p* e ¬*p*.

p	¬p
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: ∧ (lê-se e) e ∨ (lê-se ou).

2. Conectivo ∧:

Colocando o conectivo ∧ entre duas proposições *p* e *q*, obtém-se uma nova proposição *p* ∧ *q*, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

p: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q: o aminoácido fenilalanina é apolar.

p ∧ *q*: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	p ∧ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo ∨:

Colocando o conectivo ∨ entre duas proposições *p* e *q*, obtém-se uma nova proposição *p* ∨ *q*, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

p: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q: substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

p ∨ *q*: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos uma das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	p ∨ q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo →); ...se, e somente se, ... (símbolo ↔).

4. Condicional →

O condicional →, colocado entre p e *q*, obtém-se uma nova proposição *p* → *q*, que se lê: se p, então q, '*p* é condição necessária para *q*' e '*q* é condição suficiente para *p*'

p é chamada antecedente e *q* é chamada de consequente.

Exemplos:

p: o colesterol é apolar.

q: o colesterol penetra a bicamada lipídica.

p → *q*: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (SENTIDO GLOBAL DO TEXTO, LOCALIZAÇÃO DE DETERMINADA IDEIA, PALAVRAS COGNATAS)

A compreensão de textos é uma das habilidades fundamentais para qualquer estudante ou profissional que deseja aprimorar sua proficiência na língua inglesa. A leitura eficiente não se limita apenas à tradução de palavras ou frases isoladas, mas envolve a interpretação do significado global do texto, a identificação de informações explícitas e implícitas e a análise de sua estrutura e contexto.

No ambiente acadêmico e profissional, os textos podem ser classificados em duas grandes categorias: textos técnicos e textos gerais. Enquanto os textos gerais abrangem notícias, artigos, ensaios e outras formas de escrita cotidiana, os textos técnicos são mais específicos e voltados para áreas do conhecimento como engenharia, direito, medicina, informática, administração e muitas outras. Cada um desses tipos de texto apresenta desafios próprios e requer estratégias diferenciadas para uma leitura eficiente.

Este estudo abordará as principais características dos textos técnicos e gerais, discutindo as dificuldades que os leitores podem encontrar e apresentando estratégias eficazes para melhorar a compreensão textual.

Textos técnicos

Os textos técnicos são aqueles que utilizam uma linguagem especializada e objetiva, voltados para um público específico dentro de uma área do conhecimento. Eles costumam ser encontrados em manuais, relatórios, artigos científicos, especificações de produtos, normas regulatórias, entre outros documentos.

- **Características dos Textos Técnicos**

  ▪ **Os textos técnicos possuem algumas características marcantes:**

  ▪ **Uso de terminologia específica:** Muitas palavras e expressões são utilizadas apenas dentro de determinado campo do conhecimento, exigindo familiaridade com a área para uma compreensão completa.

  Ex.: *Em um texto de informática, encontramos termos como algorithm, database, encryption.*

  ▪ **Linguagem objetiva e impessoal:** A escrita tende a ser formal, direta e livre de opiniões pessoais.

  Ex.: *The experiment was conducted following the standard procedures. (O experimento foi conduzido seguindo os procedimentos padrão.)*

  ▪ **Uso de voz passiva:** Para enfatizar os processos em vez dos agentes da ação.

  Ex.: *The system was updated to improve performance. (O sistema foi atualizado para melhorar o desempenho.)*

  ▪ **Estrutura lógica e sequencial:** Os textos técnicos costumam seguir um formato organizado, com introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos.

- **Desafios da Compreensão de Textos Técnicos**

  ▪ **Ler textos técnicos em inglês pode ser um desafio, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com a terminologia da área. Os principais obstáculos incluem:**

  ▪ **Vocabulário altamente especializado:** Muitos termos não fazem parte do inglês cotidiano e precisam ser aprendidos separadamente.

  ▪ **Uso frequente de abreviações e siglas:** Em áreas como tecnologia e medicina, é comum o uso de siglas que podem dificultar a leitura.

  Ex.: *CPU (Central Processing Unit), ECG (Electrocardiogram).*

  ▪ **Estruturas gramaticais complexas:** Frases longas e repletas de informações técnicas podem dificultar a identificação da ideia principal.

- **Estratégias para a Compreensão de Textos Técnicos**

  ▪ **Para melhorar a leitura de textos técnicos em inglês, algumas estratégias podem ser adotadas:**

  ▪ **Identificar palavras-chave:** Focar nos termos mais importantes da frase pode ajudar a compreender a ideia geral sem precisar traduzir palavra por palavra.

  ▪ **Usar o contexto para deduzir significados:** Muitas palavras técnicas podem ser compreendidas pelo contexto em que aparecem.

  ▪ **Consultar glossários especializados:** Muitas áreas do conhecimento possuem glossários que explicam os termos técnicos de forma clara.

  ▪ **Familiarizar-se com estruturas comuns:** Conhecer a estrutura de textos técnicos pode facilitar a leitura. Por exemplo, artigos científicos geralmente apresentam seções como Abstract, Introduction, Methods, Results, Conclusion.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Textos gerais

Os textos gerais são aqueles que abordam temas diversos e são direcionados ao público em geral. Eles podem incluir notícias, artigos de opinião, ensaios, entrevistas, blogs, literatura e outros gêneros textuais amplamente acessíveis.

- **Características dos Textos Gerais**
  - **Os textos gerais apresentam características distintas dos textos técnicos, como:**
  - **Linguagem mais acessível e menos formal:** Dependendo do tipo de texto, a escrita pode ser mais coloquial e envolvente.

    Ex.: *People around the world are concerned about climate change. (Pessoas ao redor do mundo estão preocupadas com a mudança climática.)*

  - **Uso de expressões idiomáticas e metáforas:** Textos gerais frequentemente incluem expressões figuradas que podem ser difíceis de traduzir literalmente.

    Ex.: *It's raining cats and dogs! (Está chovendo muito!)*

  - **Maior presença de opinião e argumentação:** Diferente dos textos técnicos, que são objetivos, os textos gerais podem conter análises e argumentos pessoais do autor.

- **Desafios da Compreensão de Textos Gerais**
  - **Mesmo sendo mais acessíveis, os textos gerais podem apresentar desafios para leitores de inglês como segunda língua. Entre os principais desafios, destacam-se:**
  - **Uso de linguagem figurada e expressões idiomáticas:** Muitas expressões não possuem tradução direta e precisam ser aprendidas no contexto.
  - **Variedade de estilos de escrita:** Diferentes gêneros textuais exigem diferentes formas de interpretação. Um artigo jornalístico, por exemplo, difere de uma história fictícia.
  - **Presença de tempos verbais complexos:** Dependendo do texto, pode haver grande variação entre tempos verbais, como o Present Perfect ou o Past Perfect, que podem ser difíceis para aprendizes.

- **Estratégias para a Compreensão de Textos Gerais**
  - **A leitura eficiente de textos gerais pode ser aprimorada com algumas estratégias:**
  - **Leitura global antes da leitura detalhada:** Fazer uma leitura rápida do texto antes de tentar compreender cada detalhe ajuda a captar a ideia principal.
  - **Reconhecer a estrutura do texto:** Entender se o texto é uma notícia, um artigo de opinião ou um ensaio pode orientar a interpretação.
  - **Identificar conectores lógicos:** Palavras como however, therefore, on the other hand ajudam a compreender a relação entre as ideias.
  - **Praticar a leitura extensiva:** Ler diferentes tipos de textos regularmente ajuda a expandir o vocabulário e a melhorar a fluência na leitura.

- **Comparação Entre Textos Técnicos e Gerais**

Embora os textos técnicos e gerais tenham diferenças significativas, ambos exigem habilidades de leitura atenta e interpretação de contexto. A tabela abaixo resume as principais diferenças entre os dois tipos de texto:

Característica	Textos Técnicos	Textos Gerais
Objetivo	Informar de forma objetiva e especializada	Informar, entreter ou persuadir
Vocabulário	Técnico e específico	Mais variado e acessível
Estilo	Formal e impessoal	Pode ser formal ou informal
Estrutura	Sequencial e lógica	Pode ter estrutura flexível
Uso de opinião	Raramente	Frequentemente

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM: TEORIAS DA APRENDIZAGEM E SUAS APLICAÇÕES AO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL; CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VYGOTSKY E AUSUBEL

▸ Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

▸ Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos):

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação (entendimento de que certas propriedades, como quantidade, permanecem as mesmas mesmo quando a forma do objeto muda) e classificação (capacidade de organizar objetos em categorias) são aprendidos.

Estágio das Operações Formais (a partir dos 11 anos):

Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio abstrato e hipotético. O adolescente torna-se capaz de pensar sobre ideias complexas, elaborar hipóteses e considerá-las logicamente, mesmo que não estejam diretamente ligadas à realidade. Esse tipo de pensamento permite a resolução de problemas complexos e a formação de ideologias pessoais.

▸ Teoria de Lev Vygotsky: Desenvolvimento Cognitivo e a Influência Sociocultural

Lev Vygotsky (1896 – 1934), psicólogo russo, também estudou o desenvolvimento cognitivo, mas enfatizou a importância do contexto social e cultural nesse processo. Diferente de Piaget, Vygotsky acreditava que o aprendizado antecede o desenvolvimento, e que este ocorre por meio de interações com outras pessoas, especialmente adultos e pares mais experientes. Para ele, o conhecimento é construído a partir de mediações sociais e culturais. Seus principais conceitos incluem:

Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):

A ZDP é a diferença entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ela pode realizar com a ajuda de alguém mais experiente. Para Vygotsky, a aprendizagem é maximizada quando ocorre dentro da ZDP, ou seja, quando o ensino é direcionado para atividades que a criança ainda não consegue fazer sozinha, mas que pode aprender com ajuda. Esse conceito destaca a importância do andamento guiado, onde o professor ou colega mais experiente apoia a criança, ajudando-a a avançar no desenvolvimento.

Mediação e Ferramentas Culturais:

Vygotsky enfatiza que o uso de ferramentas culturais, como a linguagem e outros sistemas simbólicos (arte, matemática, escrita), é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. A linguagem, em especial, desempenha um papel central, pois é por meio dela que o pensamento se organiza e se torna cada vez mais complexo. A fala interna, que surge na infância como uma forma de diálogo com os outros e se torna pensamento interiorizado, é uma ferramenta que permite a autorregulação e a solução de problemas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Aprendizagem como Processo Social:

Para Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo é indissociável do ambiente social. O aprendizado ocorre, principalmente, nas interações com outros, onde o estudante internaliza conhecimentos e práticas culturais. O processo de internalização permite que as funções mentais superiores, inicialmente realizadas em colaboração com o outro, se tornem funções internas.

Comparação entre Piaget e Vygotsky:

Aspecto	Piaget	Vygotsky
Foco do Desenvolvimento	Interação com o ambiente físico	Interação com o ambiente social
Sequência de Desenvolvimento	A criança passa por estágios que devem ocorrer em ordem sequencial (universais)	O desenvolvimento não é universal e depende do contexto cultural
Aprendizagem e Desenvolvimento	O desenvolvimento precede a aprendizagem, que ocorre quando o aluno está "pronto"	A aprendizagem precede o desenvolvimento e impulsiona as novas competências
Papel do Educador	Observador, criando ambientes que estimulem descobertas autônomas	Facilitador ativo, que orienta o aluno dentro da ZDP

Implicações para a Educação:

A aplicação prática dessas teorias sugere abordagens educacionais diferentes. Enquanto a perspectiva de Piaget apoia a ideia de atividades autônomas e exploração do ambiente, a de Vygotsky incentiva o ensino interativo e colaborativo, valorizando o papel do professor e dos colegas como mediadores do conhecimento.

- 1. Com base em Piaget, o ensino deve propor atividades adequadas ao estágio de desenvolvimento dos alunos, respeitando suas limitações cognitivas e estimulando seu potencial para descobrir por si próprios.
- 2. Com base em Vygotsky, o ensino deve aproveitar a ZDP dos alunos, propondo atividades que desafiem o aluno com o apoio do professor e colegas mais experientes. A prática colaborativa e a troca de conhecimento em grupo são recomendadas, valorizando o contexto social e cultural no qual o aluno está inserido.

As teorias do desenvolvimento cognitivo de Piaget e Vygotsky são complementares, oferecendo uma compreensão ampla do desenvolvimento humano. Enquanto Piaget nos guia sobre as capacidades e limitações do pensamento em diferentes idades, Vygotsky enfatiza a importância do contexto social e do aprendizado mediado. Ambas as teorias são essenciais para um planejamento pedagógico que atenda às necessidades dos alunos, promovendo seu desenvolvimento de forma integrada e contextualizada.

▸ Teorias da Aprendizagem

As teorias da aprendizagem são fundamentais para entender como o ser humano adquire, processa e retém o conhecimento. Elas fornecem uma base teórica para que educadores e psicólogos compreendam os diferentes mecanismos envolvidos no aprendizado, além de fornecerem subsídios para a criação de estratégias pedagógicas eficazes.

Entre as principais abordagens estão o Behaviorismo, a Teoria Cognitiva e a Teoria da Aprendizagem Social, cada uma com ênfases e implicações distintas para a prática educacional.

Behaviorismo:

O behaviorismo, desenvolvido por pesquisadores como John Watson e B.F. Skinner, foca no estudo de comportamentos observáveis e acredita que o aprendizado é fruto de associações entre estímulos e respostas. A premissa básica dessa teoria é que todo comportamento pode ser moldado por meio de reforços e punições, sendo a aprendizagem o resultado dessas associações e condições externas.

Principais Conceitos:

- **Condicionamento Clássico:** Desenvolvido por Ivan Pavlov, este conceito refere-se ao aprendizado baseado na associação entre um estímulo neutro e um estímulo incondicionado. Por exemplo, ao tocar um sino antes de alimentar um cão repetidamente, Pavlov fez com que o cão começasse a salivar apenas ao ouvir o sino, associando o som à comida.
- **Condicionamento Operante:** Introduzido por B.F. Skinner, esse tipo de aprendizado envolve o uso de reforços (positivos ou negativos) para aumentar a frequência de um comportamento, e de punições para reduzir sua ocorrência. Por exemplo, ao elogiar um aluno que responde corretamente (reforço positivo), aumenta-se a chance de que ele continue participando ativamente.

Implicações para a Educação:

Na educação, o behaviorismo se traduz em práticas como o reforço positivo (elogios, recompensas) para motivar comportamentos desejáveis, e o reforço negativo (remoção de um fator desagradável) ou punição para reduzir comportamentos indesejáveis. A aprendizagem programada e o ensino mecânico, onde os alunos recebem feedback imediato sobre seu desempenho, também são influenciados por essa abordagem.

Teoria Cognitiva:

A Teoria Cognitiva, desenvolvida a partir do trabalho de psicólogos como Jean Piaget e Jerome Bruner, foca nos processos mentais internos envolvidos na aprendizagem. Diferente do behaviorismo, que se concentra nos comportamentos observáveis, o cognitivismo busca entender como a informação é percebida, armazenada e recuperada pela mente. Essa abordagem considera o aprendiz como um agente ativo que constrói seu próprio conhecimento, organizando e interpretando as informações.

Principais Conceitos:

- **Processamento de Informação:** A aprendizagem é vista como um processo de transformação e organização da informação, semelhante ao processamento de dados em um computador. Esse processo envolve a atenção, a codificação, o armazenamento e a recuperação de informações.

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

